

EDUCAÇÃO INTEGRAL E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA NO CONTEXTO CAPITALISTA

**FAGNER FERNANDES STASIAKI^[1], MARJORIE BIER KRINSKI
CORRÊA^[2], ODAIR LEANDRO KRINSKI CORRÊA^[3],
IVANN CARLOS LAGO^[4]**

1 Introdução

A educação integral, enquanto conceito, propõe uma formação humana que transcende o ensino técnico ou profissionalizante, buscando o desenvolvimento completo do indivíduo em suas dimensões cognitiva, afetiva, social e cultural. Conforme Freire (1996), o processo educativo deve ser libertador, permitindo que os sujeitos se tornem agentes críticos e ativos na transformação social. No entanto, essa concepção de educação enfrenta barreiras significativas em sociedades capitalistas, onde o sistema educacional é frequentemente moldado por demandas de mercado e pela lógica produtivista. Apple (2017) observa que a escola, dentro do capitalismo, tende a reproduzir as desigualdades sociais, ao priorizar competências e habilidades que favorecem a empregabilidade em detrimento da formação crítica e cidadã. Nesse sentido, a educação integral, ao buscar uma formação mais ampla e humanística, encontra-se em tensão com as demandas capitalistas, que exigem a formação de uma força de trabalho adaptada às necessidades do capital, restringindo o papel emancipatório da educação.

Quando se consideram as políticas de inclusão, como as cotas universitárias, esse dilema se torna ainda mais complexo. As cotas representam uma tentativa de romper com a lógica meritocrática que, segundo Bourdieu e Passeron (1970), serve apenas para perpetuar a dominação das classes sociais mais privilegiadas, ao mascarar as desigualdades estruturais. No entanto, mesmo com a implementação das cotas, o sistema educacional continua sendo um reflexo das contradições do capitalismo. Embora as cotas sejam um avanço na democratização do acesso à educação superior, há uma necessidade de repensar o que é oferecido aos alunos cotistas e de garantir que sua inclusão não seja apenas numérica, mas também qualitativa. Autores como Souza (2017) argumentam que o simples ingresso nas universidades, sem uma

¹ Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas. UFFS, Campus Cerro Largo. Bolsista CNPq. Contato: fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br

² Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas. UFFS, Campus Cerro Largo. Bolsista Carrefour. Contato: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br

³ Engenharia Ambiental e Sanitária. UFFS, Campus Cerro Largo. odair.correa@estudante.uffs.edu.br

⁴ Doutor em Sociologia Política. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus Cerro Largo, RS. ivann@uffs.edu.br

reforma estrutural do currículo e das práticas pedagógicas, acaba por inserir os estudantes em um ambiente que ainda reflete valores elitistas e excludentes. Portanto, a crítica ao sistema educacional capitalista e a análise da efetividade das políticas de inclusão revelam que a verdadeira transformação educacional depende de uma revisão profunda das estruturas de poder que regem a educação e da capacidade das instituições de ensino de promover uma educação verdadeiramente integral e emancipadora.

2 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é compreender de que forma o capitalismo molda as políticas educacionais e, consequentemente, afeta a implementação de uma educação integral voltada para a formação cidadã. Para alcançar esse objetivo principal, o trabalho buscará responder três questões específicas: i) de que maneira o capitalismo impacta a educação e as políticas públicas, perpetuando desigualdades sociais e limitando a autonomia do sistema educacional; ii) como a educação integral pode atuar como uma ferramenta de emancipação e cidadania crítica, frente a um sistema que privilegia a lógica mercadológica; e iii) quais são os efeitos e desafios da implementação de políticas de cotas nas universidades públicas, em especial no que tange à inclusão de minorias e à construção de um currículo que promova a equidade por meio de disciplinas essenciais, como história e geografia, na formação de um pensamento crítico e socialmente consciente.

3 Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com foco em uma revisão bibliográfica crítica, a partir de uma análise de artigos científicos, livros e documentos acadêmicos que abordam a interseção entre educação integral, capitalismo e políticas de inclusão, como as cotas universitárias. A pesquisa qualitativa permite explorar as complexidades e nuances desses temas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das relações de poder e desigualdade que permeiam o sistema educacional. O estudo utiliza uma abordagem interpretativa, buscando compreender como diferentes autores discutem a influência do capitalismo na educação e nas políticas públicas, bem como o papel da educação integral na formação cidadã. A análise de textos que versam sobre as cotas universitárias, em especial no contexto das universidades públicas brasileiras, é fundamental para compreender os efeitos dessas políticas na democratização do acesso e nas transformações do currículo. Além disso, a pesquisa fundamenta-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que fornecem um referencial teórico e prático para a construção de políticas educacionais mais justas e sustentáveis. A partir dessas fontes, o estudo visa não apenas

mapear o estado da arte sobre os temas em questão, mas também propor reflexões críticas sobre os desafios e as possibilidades de transformação do sistema educacional.

4 Resultados e Discussão

O modelo capitalista exerce uma influência estrutural sobre o currículo educacional, configurando-o para atender às demandas do mercado de trabalho em detrimento de uma formação integral e crítica. Apple (2017) argumenta que, nas sociedades capitalistas, a educação é direcionada para a produção de indivíduos tecnicamente capacitados, limitando o desenvolvimento de uma consciência crítica que poderia desafiar as desigualdades sociais. Freire (1996), por sua vez, destaca a educação como um instrumento de libertação, enquanto o modelo atual tende a restringir a escola a uma função meramente instrumental, servindo aos interesses econômicos ao invés de promover uma formação humanística. Nessa perspectiva, o espaço para disciplinas de domínio comum tem sido reduzido, ainda que essas áreas sejam essenciais para a construção de uma cidadania crítica e para a compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais.

O caráter interdisciplinar surge como uma estratégia pedagógica necessária para resgatar a complexidade do saber, desafiando a fragmentação do conhecimento imposta pelo currículo tradicional. Giroux (2001) defende que a educação deve ser um espaço de resistência às forças opressivas da sociedade, promovendo a integração entre diferentes áreas do saber para uma formação mais rica e completa. Já Morin (2000) afirma que o conhecimento deve ser tratado de forma interconectada, especialmente em tempos de crises globais, como mudanças climáticas e desigualdades sociais crescentes, nas quais o pensamento fragmentado se torna insuficiente. A interdisciplinaridade, nesse sentido, é vista como um caminho para transcender as barreiras impostas pela lógica produtivista do capitalismo, promovendo uma educação que fomente a reflexão crítica e o compromisso social.

As cotas nas universidades públicas brasileiras, implementadas como políticas afirmativas, têm buscado corrigir desigualdades históricas e ampliar o acesso de minorias marginalizadas ao ensino superior. Bourdieu e Passeron (1970) argumentam que o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades sociais ao exigir dos alunos um capital cultural que muitos não possuem, o que torna as cotas um mecanismo de democratização do acesso. A inclusão de estudantes cotistas tem gerado resultados positivos em termos de diversidade, mas a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos ainda enfrentam barreiras. Gomes (2019) sublinha que, sem um suporte institucional robusto e a revisão do

currículo, a inclusão pode ser limitada a um mero aumento quantitativo, sem garantir uma transformação significativa das condições de ensino e aprendizagem para esses estudantes.

Finalmente, ao considerar alternativas ao modelo capitalista, abordagens como o socialismo democrático e a economia solidária, discutidas por Wright (2015) e Singer (2002), oferecem caminhos para a construção de uma educação mais equitativa e inclusiva. Esses modelos propõem um sistema educacional voltado para o bem-estar coletivo, onde a educação não seja tratada apenas como uma mercadoria, mas como um direito fundamental e uma ferramenta para a justiça social. Em sociedades regidas por esses princípios, a educação integral e a promoção de políticas inclusivas, como as cotas, teriam um papel central no combate às desigualdades e na formação de uma cidadania ativa e participativa. Essas propostas evidenciam a necessidade de reimaginar o papel da educação em sociedades contemporâneas, desafiando as imposições do capitalismo e buscando formas mais justas e solidárias de organização social.

5 Conclusão

A partir das análises realizadas, conclui-se que o sistema educacional, inserido no contexto capitalista, sofre profundas influências das dinâmicas de mercado, o que limita o potencial emancipatório da educação. O currículo, ao priorizar habilidades técnicas e profissionais, tende a negligenciar disciplinas que fomentam o pensamento crítico e a consciência cidadã. Essa lógica instrumental reflete uma concepção de educação voltada para a formação de trabalhadores, e não de cidadãos. No entanto, a defesa da educação integral, articulada à interdisciplinaridade, se mostra fundamental para desafiar essa restrição, promovendo uma formação mais completa, que visa não apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas também o desenvolvimento de indivíduos críticos e socialmente engajados. O caminho para uma educação integral passa, portanto, pela superação das amarras impostas pelo capitalismo e pela construção de uma prática pedagógica que valorize a complexidade do conhecimento e o compromisso com a transformação social.

Além disso, as políticas de inclusão, como as cotas universitárias, têm desempenhado um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior, especialmente no Brasil. Embora essas políticas representem um avanço significativo no combate às desigualdades educacionais e na promoção de maior diversidade no ambiente acadêmico, sua efetividade depende de uma reestruturação mais ampla do sistema educacional, que ofereça não apenas acesso, mas também condições adequadas de permanência e sucesso aos estudantes cotistas. Sem uma revisão curricular e institucional que atenda às demandas desses alunos, as cotas

podem se tornar insuficientes para promover uma inclusão efetiva. Portanto, uma verdadeira transformação do sistema educacional deve passar não apenas pela ampliação do acesso, mas pela construção de um currículo e de práticas pedagógicas que rompam com as lógicas excluidoras do capitalismo e fomentem a formação de uma cidadania ativa e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Educação Integral. Capitalismo. Cotas Universitárias. Interdisciplinaridade. Políticas Públicas.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry A. **Pedagogia crítica, resistência cultural e a produção de valores**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Políticas de cotas no Brasil: uma análise crítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WRIGHT, Erik Olin. **Utopias reais**. São Paulo: Boitempo, 2015.